EDUCAÇÃO TECNICISTA E A RACIONALIDADE INSTRUMENTAL: UMA ANÁLISE DOS DOCUMENTOS DA UNESCO À LUZ DA ÉTICA DA LIBERTAÇÃO DE ENRIQUE DUSSEL

Lavínia Guimarães Santos[1]
Adelson Ferreira Silva[2]

Introdução

O presente resumo expandido é parte de uma pesquisa de Iniciação Científica intitulada "A AXIOLOGIA DOS ORGANISMOS MULTILATERAIS PARA A EDUCAÇÃO: uma análise dos documentos produzidos pela UNESCO", em andamento na Universidade do Estado da Bahia (UNEB) *campus* XII, que tem como objetivo geral analisar uma amostra de documentos recomendatórios elaborados pela UNESCO para a educação no século XXI, procurando evidenciar o projeto axiológico nele contido, bem como os valores decorrentes do seu contexto normativo. A educação, na perspectiva da racionalidade instrumental, é um meio para servir aos interesses do sistema produtivo. Apesar de reducionista, é essa a concepção capitalista-neoliberal da educação. Ela se volta, exclusivamente, para as competências, a produtividade, o desempenho e o mercado de trabalho. No entanto, na busca de alcançar os objetivos empresariais e econômicos, centrados na lucratividade, esse sistema produz, entre outras crises, o aumento da desigualdade. A lógica neoliberal fortalece o desenvolvimento da racionalidade instrumental no campo da educação, uma vez que o seu principal objetivo é a formação para o capital, alinhada à preparação da mão de baixo custo.

Nesse cenário, a educação passa a assumir funções relacionadas à lógica do mercado e se distancia cada vez mais da sua principal função, que é a formação de um indivíduo emancipado, crítico e consciente dos seus direitos e deveres. Sob essa ótica, discutir questões que envolvem a ética e relacioná-las com a educação, é uma luz em direção a uma sociedade combatente às injustiças sociais. Diante disso, torna-se necessário recorrer ao arcabouço teórico produzido pelo filósofo Enrique Dussel que, ao longo da sua vida, dedicou-se à filosofia com o desenvolvimento do conceito de Ética da Libertação. Ao propor a vida

[1] Graduanda em Pedagogia e bolsista de Iniciação Científica PICIN/UNEB. Universidade do Estado da Bahia. Email: laviniaguimaraessantos19@gmail.com
[2] Professor Adjunto da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Doutor em educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Email: adfsilva@uneb.br



humana como princípio ético fundamental, Dussel possibilita a problematização dos modelos educacionais que consideram as demandas do mercado acima das necessidades humanas.

Neste sentido, este trabalho parte da seguinte questão de pesquisa: - como o conceito de ética, desenvolvido por Enrique Dussel, pode contribuir com a crítica ao modelo de educação proposto pela UNESCO, no Brasil? -. Essa problematização tem como objetivo analisar criticamente as proposições da UNESCO para a educação na América Latina, a partir dos estudos de Enrique Dussel, sobretudo no que se refere à sua crítica à racionalidade instrumental e a defesa da vida humana como princípio fundante da eticidade.

Método

Esta pesquisa se caracteriza por uma abordagem qualitativa, contendo aspectos da pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica se desenvolve "a partir de material elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos" (Gil, 2008, p.71), no entanto, apesar das semelhanças, a pesquisa documental se diferencia na natureza das fontes, pois lida com "materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa." (Gil, 2008, p.73). Diante disso, foram selecionadas publicações no banco de dados da UNESCO, utilizando os descritores "educação", "cultura" e "ciência", no recorte temporal de 2000-2024. A partir desse processo, foram selecionados 24 documentos, como livros, relatórios, entre outros que, em seguida, foram lidos e organizados em tabelas individuais, com a demarcação de categorias, como educação e mercado de trabalho, a fim de obter uma análise mais consistente e precisa sobre os ideais deste organismo multilateral. Por fim, produziu-se resenhas bibliográficas sobre os capítulos 1 e 3 do livro Ética da Libertação: na idade da globalização e da exclusão, de Enrique Dussel, buscando destacar a ideia principal proposta pelo autor e qual a contribuição da sua filosofia para a sociedade.

Discussão e Resultados

A partir das análises realizadas constata-se que o modelo educacional brasileiro, influenciado pela UNESCO, se aproxima de uma racionalidade técnica e instrumental, na qual a educação passa a ser orientada por princípios de competitividade, eficiência e desempenho. Essa lógica resulta na precarização da formação humana, fazendo prevalecer o treinamento com foco na preparação para o mercado. No documento intitulado - Investimentos em



educação, ciência e tecnologia: o que pensam os empresários -, produzido pela UNESCO, e que conta com depoimentos de líderes do meio empresarial brasileiro, é apresentado o entendimento de que a educação "deve ajudar as pessoas a pensar de forma crítica e independente, para que sejam capazes de usar o conhecimento científico com o objetivo de alcançar o aperfeiçoamento individual e social." (Werthein; Cunha, 2004, p.88). No entanto, os empresários "consideram como imperativo melhorar a educação básica e articular a cooperação entre os centros produtores de conhecimento (universidades e institutos isolados) com as empresas" (Werthein; Cunha, 2004, p. 43). Observa-se que a educação pretendida pelos líderes empresariais é tecnicista, que pode ser alcançada por meio da aliança entre escolas e universidades com os grandes centros empresariais. Tal perspectiva se alinha à racionalidade instrumental e técnica, criticada por Dussel, pois subordina a vida e a formação humana a benefício das exigências do mercado.

A influência das organizações multilaterais na educação tem o propósito de defender uma "concepção de educação reduzida à prestação de um serviço, seja público ou privado, [...] como uma mercadoria e não como um direito de todos a um saber sistematizado e imprescindível para apropriação da cultura historicamente produzida e para a humanização dos indivíduos (Borges, 2018, p. 07). Quando a escola se torna um espaço de proliferação de ideais econômicos e o currículo como um território de poder entre as grandes estatais, o aluno se torna um cliente e os professores limitam o ensino ao oferecer o "melhor serviço", de acordo com as normas do capital, aos seus alunos-clientes. Esse cenário cria diversas dificuldades no que diz respeito à implementação de políticas públicas que realmente estejam alinhadas às particularidades do ambiente escolar, uma vez que, estas são criadas de modo a maximizar os lucros daqueles que investem nesse setor. Dussel (2000, p. 259-260), argumenta que "para a razão instrumental, só os sistemas formais autopoiéticos - que tem a vida como condição, mas não como critério material e princípio ético - se encarregam da vida, isto é, deveriam encarregar-se principalmente da vida dos trabalhadores". Observa-se, portanto, que na perspectiva instrumentalista, a vida é redutível a uma dimensão estritamente biológica.

Dussel (2000) explica que a razão instrumental se preocupa apenas com modos de eficiência, de produção, de desempenho e de resultados para o mercado. A vida humana, nesta perspectiva, torna-se uma mera condição para que os sistemas econômicos continuem impondo os seus modos de produção da existência. O interesse dos sistemas formais autopoiéticos, inclusive o econômico, é de apenas manter o próprio lucro em alta, não se



questionado sobre a dignidade, o bem-estar e a formação dos indivíduos que são usados pelo sistema. Quando a racionalidade instrumental prevalece, os seres humanos se valem do que produzem e a educação se torna responsável por formar mão de obra para as empresas.

Nesse sentido, a posição de Dussel (2000) consiste em criticar o reducionismo que rebaixa a vida humana a simples mecanismo de força de trabalho. Tal posição é reforçada por Libâneo (2012, p. 23), onde ele argumenta que esse tipo de educação "produz o ocultamento da dimensão cultural e humana da educação, à medida que se dissolve a relação entre o direito das crianças e jovens de serem diferentes culturalmente e, ao mesmo tempo, semelhantes em termos de dignidade e reconhecimento humano".

Para Dussel (2000) a ética só é completa quando articulada em três dimensões: o conteúdo material (vida humana), a validade formal e a factibilidade (possibilidade concreta de realizar o bem). Nesse sentido, nota-se que a ética não deve se limitar a princípios abstratos, mas também deve ser realizada na prática. Essa questão é importante para examinarmos os discursos promovidos por esses organismos multilaterais. Quando a UNESCO, afirma em um dos seus documentos que a "formação de mentes inovadoras só se consegue por intermédio de uma educação de qualidade, capaz de [...] explorar a plenitude da potencialidade humana, e que o futuro de uma nação depende, em grande parte, da trajetória educacional de seus habitantes". (Werthein; Cunha, 2004, p.12), é possível perceber a contradição no que é propagado por essas organizações, uma vez que, admite a necessidade da educação para o desenvolvimento das potencialidades humanas, mas, ao mesmo tempo, reduz as capacidades humanas à utilidade dos indivíduos ao sistema produtivo.

No fundo, os organismos internacionais projetam uma escola para o atendimento dos interesses do mercado; pois, apesar do verniz lançado na linguagem dos seus documentos, com características eventualmente progressistas e de combate às injustiças sociais por meio da educação, eles tentam ocultar o controle social, econômico e político sobre os países subdesenvolvidos, especialmente da América Latina e África. Nesse sentido, seus projetos são destituídos de qualquer norma ética em defesa da soberania popular e da democracia à medida em que institucionaliza uma pretensa superioridade, arrogando-se o direito de determinar os rumos de outras nações soberanas.

Uma instituição só pode ser considerada ética quando beneficia concretamente os sujeitos e cria condições de promoção da vida humana. Partindo do pressuposto da ética dusseliana, entende-se que os organismos multilaterais não são considerados éticos, pois são



sistemas que utilizam a educação para fins econômicos, excluem sujeitos do processo formativo e produzem desigualdades. Desse modo, a educação deixa de ser compreendida como uma prática de emancipação e pensamento crítico, para dar espaço à lógica instrumental e tecnicista, adaptando os sujeitos às exigências do mercado e afastando-se do princípio material ético defendido por Enrique Dussel.

Diante da predominância do modelo educacional tecnicista e instrumental, fica evidente a necessidade de se pensar outras possibilidades que sejam resistentes à lógica econômica, dominada pelo capital e que se fazem presentes nas políticas educacionais brasileiras. Com base na Ética da Libertação, a educação deve ser comprometida com a promoção, reprodução e desenvolvimento da vida humana, além de colaborar para a emancipação crítica e reflexiva dos envolvidos no processo educativo. Nesse sentido, rever essa perspectiva capitalista e neoliberal se torna essencial para superar o dualismo na escola brasileira em que "num extremo, estaria a escola assentada no conhecimento, na aprendizagem e nas tecnologias, voltada aos filhos dos ricos, e, em outro, a escola do acolhimento social, da integração social, voltada aos pobres" (Libâneo, 2012, p.16). Assim, defende-se uma educação pautada na ética humanizadora, que considere a dignidade humana acima dos interesses econômicos.

Conclusões

O modelo de educação brasileiro apresenta forte aproximação com aspectos da racionalidade técnica e instrumental e com a lógica do capital. Isso ocorre em grande parte pela influência exercida pelos organismos multilaterais, especialmente a UNESCO, que carrega em seu cerne a preocupação com o desenvolvimento econômico mundial, priorizando competências, desempenho, inovação e adaptação às demandas do mercado.

A partir da Ética da Libertação, de Enrique Dussel, observa-se que é necessário problematizar esses modelos tecnicistas que estão impregnados no sistema educativo brasileiro, pois, uma educação ética precisa estar baseada na produção, reprodução e desenvolvimento da vida humana, principalmente, dos excluídos da sociedade. Portanto, se torna essencial a luta por uma educação justa, emancipatória, reflexiva, comprometida com as causas sociais e que não seja refém das exigências do capital.

Palavras-chave: Educação. Ética da Libertação. UNESCO. Racionalidade instrumental.

Referências



BORGES, Kamylla Pereira. **Organismos multilaterais e a concepção de qualidade educacional no Brasil**. Revista Anápolis Digital, Anápolis, v. 5, n. 1, 2018. Disponível em: http://revistas.ueg.br/index.php/revistaanapolisdigital. Acesso em: 18 maio 2026.

DUSSEL, Enrique. **Ética da libertação na idade da globalização e da exclusão**. Tradução de Ephraim Ferreira Alves, Jaime A. Clasen e Lúcia M. E. Orth. Petrópolis: Vozes, 2000.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LIBÂNEO, José Carlos. **O dualismo perverso da escola pública brasileira: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 13-28, 2012.

WERTHEIN, Jorge; CUNHA, Célio. **Investimentos em educação, ciência e tecnologia: o que pensam os empresários**. Brasília: UNESCO, 2004. 254 p.

